

8-D-21

Curso ...C-PEM/97.....

Partido .....

Solução do P.-III-7...(Mo)..MONOGRAFIA

Apresentada por

.....ALOISIO MARQUES DA CUNHA.....

.....CORONEL-AVIADOR.....

NOME E POSTO



59

RIO DE JANEIRO

19.<sup>97</sup>.....

8-D-21

**A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DOS MARES ANTÁRTICOS  
PARA O BRASIL**

**ALOÍSIO MARQUES DA CUNHA  
Coronel-Aviador**

**MINISTÉRIO DA MARINHA  
ESCOLA DE GUERRA NAVAL**

**1997**

004

CAD ABERVO

71277

EXEMPLAR

101027

GN-00012089-3

MM - EGN  
BIBLIOTECA  
17/04/1998  
Nº 4.457

Cunha, Aloísio Marques da

A importância estratégica dos mares antárticos para o Brasil. - Rio de Janeiro: EGN, 1997. 55 fl.

Bibliografia.

Monografia: C-PEM, 1997.

1. Interesses brasileiros. 2. Teses Territorialista e internacionalista - Atualização. 3. Teorias geoestratégicas - Análise frente a um novo cenário internacional. 4. Programa Antártico - Repercussões na Política Marítima Brasileira.

#### EXTRATO

A importância do mar, para a realização das aspirações da civilização, tem sido uma constante e sempre tem estado mundialmente presente em considerações estratégicas ao longo dos tempos.

Uma abordagem geral da evolução dos acontecimentos e da conscientização da realidade antártica leva a detetar o elenco de interesses nacionais estratégicos do Brasil em relação ao Continente Antártico, procurando enfatizar a importância da presença brasileira nos mares da Antártica, no contexto da nova ordem mundial e segundo as expressões do Poder Nacional.

Uma análise das teses territorialista e internacionalista de ocupação/exploração da Antártica procura evidenciar a necessidade de uma evolução das pretensões nacionais no cenário internacional.

Algumas considerações sobre os mares antárticos, no contexto de teorias geoestratégicas, buscam uma visão prospectiva político-estratégica num novo cenário decorrente de uma nova ordem mundial ainda não completamente delineada.

TEMA: A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DOS MARES ANTÁRTICOS  
PARA O BRASIL

Tópicos a abordar: Interesses Nacionais Estratégicos Brasileiros na Antártica.

Atualização das teses territorialista e internacionalista.

Análise das teorias geoestratégicas, com relação à Antártica, frente ao novo cenário internacional político-estratégico.

Repercussões do Programa Antártico na Política Marítima Brasileira.

PROPOSIÇÃO: Avaliar a importância estratégica dos mares antárticos para o Brasil e apreciar a importância da presença brasileira no Continente Antártico, destacando os interesses brasileiros. Analisar as teses territorialista, internacionalista e as teorias geoestratégicas com relação à Antártica, dentro do contexto de um novo cenário internacional político-estratégico. Interpretar os aspectos do Programa Antártico intervenientes na Política Marítima Brasileira, buscando-se evidenciar possíveis necessidades de atualização ou de mudanças.

## Í N D I C E

	FOLHA
Introdução.....	IV
CAPÍTULO 1 - INTERESSES NACIONAIS ESTRATÉGICOS BRASILEIROS NA ANTÁRTICA.....	1
- SEÇÃO I - ANTECEDENTES E ASPECTOS ATUAIS	1
Aspectos político-científicos.....	6
Aspectos geográficos.....	8
Aspectos econômicos.....	10
Aspectos militares.....	12
Aspectos psicossociais.....	14
- SEÇÃO II - A IMPORTÂNCIA DA ANTÁRTICA....	15
- SEÇÃO III - INTERESSES BRASILEIROS.....	20
CAPÍTULO 2 - ATUALIZAÇÃO DAS TESES TERRITORIA- LISTA E INTERNACIONALISTA.....	25
- SEÇÃO I - A TESE TERRITORIALISTA.....	25
- SEÇÃO II - A TESE INTERNACIONALISTA.....	27
- SEÇÃO III - NECESSIDADE DE ATUALIZAÇÃO DAS TESES DE OCUPAÇÃO/EXPLORAÇÃO DA ANTÁRTICA.....	29
CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DAS TEORIAS GEOSTRATÉGI- CAS, COM RELAÇÃO À ANTÁRTICA, FRENTE AO NOVO CENÁRIO INTERNACIO- NAL POLÍTICO-ESTRATÉGICO.....	33
- SEÇÃO I - UM NOVO CENÁRIO POLÍTICO-ES- TRATÉGICO.....	33
- SEÇÃO II - AS TEORIAS GEOSTRATÉGICAS.....	36
A Teoria do Poder Marítimo.....	37
A Teoria do Poder Terrestre.....	38
- SEÇÃO III - ANÁLISE DAS TEORIAS GEOSTRATÉ- GICAS.....	39
CAPÍTULO 4 - REPERCUSSÕES DO PROGRAMA ANTÁRTICO NA POLÍTICA MARÍTIMA BRASILEIRA...	43
- SEÇÃO I - O SISTEMA DO TRATADO DA ANTÁR- TICA.....	43
- SEÇÃO II - O PROGRAMA ANTÁRTICO BRASILEI- RO E A POLÍTICA MARÍTIMA BRASILEI- RA.....	48
CAPÍTULO 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
BIBLIOGRAFIA.....	A-1

## INTRODUÇÃO

O mar tem sido, ao longo dos tempos, o meio de ligação entre terras, povos e civilizações, que buscam outros horizontes, que propiciem novas ou diversificadas oportunidades ou vias de realização de suas aspirações nacionais.

As necessidades de comunicação, transporte, exploração, comércio ou de qualquer outro tipo de interesse, seja estatal ou de iniciativa privada, sempre encontraram, no meio aquaviário, uma resposta viabilizadora de empreendimentos.

Nós sabemos que o Continente Antártico não tem raízes históricas autóctones e somente foi objeto de consideração ou de atenção pelos navegadores portugueses no século XVI, quando ainda eram os verdadeiros mestres da geografia e da navegação. Só se tem registro da circunavegação pelo sul do globo, no século XVIII, entretanto, sem que o inglês James Cook divisasse o Continente Antártico, que somente foi circunavegado pelo russo Bellingshausen, no século XIX, constatando a sua insularidade.

Seja o Oceano Austral ou os mares antárticos, o Oceano Atlântico, o Pacífico ou o Índico, o mar, como recurso de realização das aspirações nacionais, nos seus diversos aspectos, tem sido sempre objeto de considerações estratégicas a influenciarem o comportamento internacional dos estados nacionais independentes e, presentemente, também o de entidades jurídicas, regionais ou transnacionais, que transcendem aos seus limites e passam a atuarem como intervenientes num processo de consecução de objetivos ou de as-

pirações.

Para um país com dimensões continentais e com uma extensão de costa tal como a do Brasil, certamente o valor do mar, seja sob qualquer ótica, sempre foi um fator de importância ponderável a ser levado em consideração.

O reconhecimento do valor estratégico dos mares antárticos é representado pela constante presença brasileira e pelos nossos interesses de participação no destino da Antártica, dentro de um contexto mundial em contínua transformação e com um equilíbrio de poder cambiante.

Buscando <sup>a</sup> uma realização de seus anseios, algumas nações procuraram defender teses de ocupação, exploração ou exploração da Antártica, havendo atualmente, no cenário internacional, <sup>a</sup> uma necessidade de uma abordagem mais adequada em relação a estas pretensões.

Igualmente, num contexto evolutivo de teorias geoestratégicas, numa época em que o conhecimento do globo terrestre ainda era restrito a visões, que não incluíam conceitos como os de regionalização ou de globalização, da maneira como acontece nos dias atuais, a Antártica, que era uma região ainda desconhecida, surge em meio a considerações <sup>em um</sup> estratégicas num novo cenário internacional.

Um país, como o nosso, não poderia deixar de ter um programa voltado para o Continente Antártico, numa amplitude adequada aos nossos anseios de participação nas decisões sobre o destino deste continente gelado, trazendo naturalmente repercussões que devem se refletir na Política Marítima Brasileira, haja vista a importância estratégica

que os mares antárticos têm para o Brasil.

Assim sendo, num contexto mundial que emerge, nos dias de hoje, eivado de perspectivas ainda não completamente delineadas, principalmente no que tange a considerações concernentes ao nosso hemisfério, particularmente contendo uma massa continental que permanece inexplorada, pelo menos em toda a plenitude do seu potencial projetado, os mares antárticos assumem uma posição de distinção no que concerne a considerações político-estratégicas a serem arroladas.

## CAPÍTULO 1

### INTERESSES NACIONAIS ESTRATÉGICOS BRASILEIROS NA ANTÁRTICA

#### SEÇÃO I - ANTECEDENTES E ASPECTOS ATUAIS

Qualquer trabalho que se propõe a abordar o Continente Antártico, certamente enfoca os mais diversos interesses e conotações a respeito desta porção do planeta que, durante séculos, permaneceu à margem das atenções, diretas e imediatas, não só das grandes nações como também daquelas que, de uma forma ou de outra, acabaram despertando para a realidade colocada pela Antártica diante dos nossos olhos.

Uma realidade ainda não completamente mensurável, mas que se realça através de seus aspectos geográficos, científicos, econômicos, ou mesmo sob uma ótica eminentemente política ou estratégica.

Assim, numa primeira aproximação, procuramos apresentar, mais adiante, algumas considerações que julgamos relevantes para ilustrar ou dar uma melhor idéia a respeito da região circundada pelo Oceano Glacial Antártico e que se comunica com os três maiores oceanos: o Atlântico, o Pacífico e o Índico, e que permanece ainda não completamente absorvida pelo patrimônio mundial.

Em que pese ter havido o registro da presença de navegadores desde o século XVI e, a partir do século XVIII, na circunavegação do Pólo Sul, mesmo ainda não descoberto

àquela época, vale ressaltar que o Continente Antártico começa a ter realmente atenção internacional, somente após o primeiro Ano-Polar(1882-1883), denominação anterior do Ano Geofísico Internacional(1957-1958), patrocinado pelo então Império Austro-Húngaro; e, posteriormente, no segundo Ano-Polar(1922-1923).

Em 1959, houve uma conferência sobre a Antártica, em Washington, para a qual o Brasil não foi convidado, embora tenha cooperado através da Marinha de Guerra, na ilha de Trindade, desenvolvendo trabalhos geofísicos, meteorológicos, geográficos etc., aspecto que é digno de nota, no que concerne à demonstração da nossa capacidade de realizar pesquisas científicas no ambiente marinho.

Em virtude de tal ausência indesejável e considerada injusta pelo governo brasileiro, foi apresentada uma nota diplomática de protesto, assinalando que o Brasil se reservava o direito de opinar sobre o assunto, desobrigando-se a aceitar as decisões tomadas na conferência de Washington e afirmando os nossos interesses estratégicos na região, de forma magistral e digna, como sói acontecer tradicionalmente na atuação da diplomacia brasileira.

O Tratado da Antártica (TA) foi firmado pelos doze países que estavam qualificados em 1º de dezembro de 1959, (sendo que) o Brasil <sup>foi</sup> é aceito como membro consultivo somente em 1983, apesar de já ter aderido ao Tratado em 1975, na ocasião em que salientou os seguintes pontos julgados fundamentais:

- o reconhecimento de ser o único diploma legal sobre

a Antártica;

- a identificação da sua utilização exclusivamente para fins pacíficos;

- a admissão do princípio de igualdade entre todos os signatários;

- a declaração de que o país tem interesses diretos e substanciais no continente, devido ao fato de possuímos a maior extensão litorânea defrontando a Antártica; e

- o reconhecimento de que somos co-responsáveis pela defesa de, pelo menos, parte do seu território, na qualidade de integrantes do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR).<sup>1</sup>

Este antecedente, que reconhece o Brasil como membro efetivo do Tratado, concede-nos a expectativa de influir nos destinos da Antártica, uma vez que as decisões são tomadas a nível de reunião consultiva, na qual passamos a ocupar assento, garantindo-nos a expressão e a influência dos condicionamentos advindos da nossa posição geográfica, política e estratégica.

Anteriormente ao Tratado da Antártica, por inexistência de qualquer documento legal internacional que contemplasse aquela região glacial, e por decorrência das missões de navegação e das intenções de alguns países que já haviam expressado a sua propensão de explorar o novo

---

<sup>1</sup> Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, França, África do Sul, Inglaterra, Nova Zelândia, Noruega, EUA, Japão e Rússia foram os doze países qualificados por desempenharem atividade científica de pesquisa no continente.

continente, ainda mais desconhecido à época; apresentavam-se reivindicações de território ou de pretensões de que fosse mantida a sua internacionalidade, conforme será abordado no capítulo seguinte.

Assim, o Tratado surgiu como um dispositivo internacional eminentemente político, escrito em inglês, francês, russo e em espanhol, privilegiando uma linguagem geral e evasiva, provavelmente buscando abrigar interesses discrepantes e até antagônicos dos seus membros, gerando inclusive, uma expectativa inicial de que não prevaleceria ao longo do tempo, ainda mais quando se considerava que não tinha sido fruto de articulação ao nível das Nações Unidas.

No entanto, o seu surgimento veio disciplinar, de alguma forma ou expressão, as possíveis intenções que afloravam naquele momento histórico, proibindo o estabelecimento de bases armadas ou a realização de manobras militares, bem como, a realização de experiência com qualquer tipo de arma; embora não proibisse a presença de pessoal ou de equipamento militar para fins pacíficos.

Estimulava também a liberdade de pesquisa científica e a cooperação, não só através da troca de informações; além de preservar o direito de mútua inspeção e de acesso aos resultados das pesquisas realizadas, por outros estados membros, cuja divulgação sempre foi encorajada no sentido da sua publicidade; regulando também uma determinada periodicidade para reunião do seu Conselho Consultivo, a quem competia deliberar sobre matérias concernentes ao

Tratado.

Tais circunstâncias poderiam ser consideradas como precursoras de <sup>da</sup> uma necessidade mais premente de se regular, controlar ou inibir, uma proliferação de armamentos, ou mesmo motivadoras da criação de regiões de paz e de cooperação, conforme a própria evolução dos acontecimentos sinalizou.

Somente após o término de uma condição de bipolaridade então estabelecida, a questão do arsenal mundial ou de um clima de paz e de cooperação, ao lado da eclosão generalizada de pequenos conflitos adormecidos, puderam merecer maior atenção, com um enfoque diverso daquela abordagem que dizia respeito ao alinhamento automático a uma das duas nações hegemônicas, pois outros enfoques, de certa forma, eram coibidos pela ordem mundial vigente à época, ainda sob uma preocupação de segurança, de defesa ou simplesmente ideológica.

Uma abordagem de natureza política-militar prevaleceu ao invés de, como atualmente, num cenário internacional que ainda está se delineando, ser dedicada uma atenção mais voltada para uma perspectiva de desenvolvimento ecologicamente auto-sustentado, dentro de um processo de regionalização, em face de atividades econômicas globalizadoras, conforme já se faz sentir recentemente, portanto, migrando para uma predominância de um enfoque de natureza política-econômica.

No contexto de então, o Tratado da Antártica apresentou-se como um fenômeno histórico, como um instrumento

político "sui generis", rompendo uma espécie de contaminação pelo micróbio da intolerância, da esperteza ou da força, que acabavam invalidando os tratados firmados. Por intermédio desse tratado, as potências da época "neutralizaram um continente inteiro, afastando-o da confrontação da Guerra Fria" (25:3).

Com esses antecedentes históricos, políticos ou mesmo econômicos, e porque não considerar, também, militares nos seus anseios primeiros e no seu nascedouro; o Continente Antártico é cenário da presença de alguns elementos ou fatores que não podem deixar de serem considerados atualmente, uma vez que adquirem uma especial significação, de acordo com os interesses e as expectativas de atuação das diversas nações, que têm uma parcela razoável de esforços na região.

Aspectos político-científicos - De um modo geral, considerando os diversos momentos históricos pelos quais tem passado a Humanidade, principalmente as nações ou grupo de nações mais potentes dirigem seus interesses para áreas globais específicas.

Assim é que, no século XVI, apesar do recém descobrimento da América, as atenções eram dirigidas para as Índias (Ásia); no século XVII, em pleno momento histórico mundial de colonização, que se estenderia até meados do século XIX, essas atenções teriam como ponto focal a África, depois de ser constatada a independência da América.

A entrada da Antártica na esfera de interesse in-

ternacional deu-se após de, na segunda metade do século XIX, terem sido encaminhadas as perspectivas em relação ao Ártico, já partilhado e em vias de exploração, ressaltando-se a sua importância estratégica quando, para a determinação do "Dia D" de desembarque na Normandia, o estudo sobre o clima da Groenlândia evidenciava os primeiros ensaios na direção de uma conjecturada "Guerra Meteorológica", antes de ser conhecida a "Guerra Atômica".

Atualmente, por força do artigo IV do TIAR (1947), anterior ao TA (1959), uma "Antártica Sul-Americana" é reconhecida como uma zona de defesa destinada a prevenir e a reprimir as ameaças e os atos de agressão contra qualquer país do continente. No entanto, é sob a égide de realizações de pesquisas científicas que diversas nações tornam-se presentes e vigilantes no Continente Austral, sob um estatuto jurídico que preteriu os objetivos militares e econômicos em ascensão, na época.

A tradição científica marítima brasileira advém da presença e atuação da Marinha do Brasil durante o Ano Geofísico Internacional (1957-1958), através de empreendimentos como:

- a ocupação da Ilha da Trindade, para estudos nas áreas de: meteorologia, previsão do tempo a longo prazo, através do estudo da massa tropical marítima, como determinante do tempo na nossa costa sul; oceanografia, hidrologia da água do Atlântico, estudo da maré oceânica e do nível médio do mar; geofísica e outros;
- oceanografia do triângulo Trindade-Cabo Frio-

Abrolhos, indispensável à exploração da pesca numa área predestinada ao Rio de Janeiro, pelo estudo da circulação permanente, da geologia e topografia do fundo e da distribuição de propriedades nas águas atlânticas; e

- oceanografia e meteorologia da área de Cabo Frio-Chuí, visando ao estabelecimento do ciclo de incursões da Corrente das Malvinas, principal fertilizador das nossas águas meridionais. Caracterização da massa polar marítima, para melhoria da previsão do tempo.

Além de outros estudos e atuações que não incluíam a inserção do Brasil no contexto antártico, mas que, com a nossa adesão e com as nossas significativas e reconhecidas capacidade e presença científica, principalmente na qualidade de membros consultivos do TA, nos asseguram a participação nas decisões de tão importante área geográfica e estratégica.

Aspectos geográficos - Os mares antárticos possibilitam uma circunavegação no globo sem interrupção por nenhuma massa continental e os seus limites naturais são estabelecidos pela chamada "convergência antártica", onde ocorre uma mudança brusca de temperatura e densidade, separando as águas frias e pouco salinas do Oceano Antártico das águas do Atlântico, do Pacífico e do Índico.

Uma diferença marcante para a região ártica é a de que o Ártico é um oceano cercado de massas continentais, enquanto um único oceano cerca a massa continental antártica, que gera fenômenos meteorológicos e oceanográficos, refletindo no nosso clima, provocando efeitos na nossa

produção agrícola e afetando as correntes marítimas que chegam às costas brasileiras.

A Antártica, terra em crescente importância universal, com seus 14.000.000 km<sup>2</sup>, representa cerca de um décimo da superfície terrestre, maior do que a China e a Índia juntas, mais do que uma vez e meia o território brasileiro, correspondendo a uma área equivalente à coberta pelos países do Mercosul, incluindo a Bolívia e o Chile, e ainda o Peru; sendo uma região que não tem população autóctone, além de apresentar condições climáticas inóspitas sem precedentes.

O espaço antártico é constituído pelas ilhas antárticas, pelo Oceano Antártico e pelo continente, distante cerca de 550 milhas da América do Sul, 2.000 milhas da África e 1.200 milhas da Austrália. É cercado por um cinturão de gelo de aproximadamente 560 milhas, armazenando 90% da água doce do planeta e capaz de lançar ao mar "icebergs" que podem chegar a duas vezes a área da cidade de São Paulo.

Se todo o gelo existente na Antártica fosse derretido, o nível médio do mar subiria cerca de sessenta metros, inundando 20.000.000 Km<sup>2</sup> de superfície terrestre. Todo essa exuberância justifica o gigantismo singular do Continente Antártico e a sua existência marcante no nosso planeta.

Uma baixa pressão atmosférica dominante produz grandes efeitos nos mares antárticos, apresentando-se como os mais tempestuosos do mundo. A atmosfera antártica e as

condições sazonais de formação de gelo, que chega a duplicar de tamanho, influenciam indiretamente o clima de todo o planeta, mantendo uma relativa estabilidade térmica, em virtude do Continente Antártico ser o que mais troca calor com o exterior e estabelecer uma certa inércia nestas trocas. Tal condição, se for passível de ser manipulada científica e tecnologicamente, pode ser de valor estratégico ainda não completamente mensurável.

O meio ambiente terrestre antártico é geralmente descrito como vulnerável, não sendo a sua flora e fauna expressivas. Ao contrário, a fauna e a flora marinhas são tidas como abundantes, em virtude da grande fertilidade das águas austrais, ricas em nutrientes, propiciando uma formação de plancton que chega a ser nove vezes mais rápida do que a verificada nos demais oceanos, gerando condições inusitadas para uma exploração ecologicamente sustentável dos recursos do mar.

Aspectos Econômicos - Durante muitos anos, a Antártica foi lugar sem interesse e virtualmente inacessível. Mas, com a ajuda da tecnologia, o seu potencial econômico se torna cada vez mais evidente e mensurável, recebendo maior atenção estratégica das nações que têm disponibilidade de esforços e vontade política de estarem presentes no continente austral.

O Continente Antártico apresenta os três principais segmentos de riquezas: recursos vivos, minerais e energéticos, sendo que a exploração destes últimos, segundo o TA (Protocolo de Madri - 1991), único dispositivo legal

vigente entre os países aderentes e que ratificaram o documento de 1991, posterga ainda por cinquenta anos a respectiva exploração, mesmo porque, o nível de tecnologia e o aporte de capital requeridos para tanto estariam fora de uma viabilidade econômica ou técnica, principalmente quando se considera que tais reservas podem estar até a três mil metros abaixo da camada glacial.

Vale ressaltar que a presença de uma ampla variedade de reservas de recursos minerais e energéticos na Antártica pode ser capaz de suprir todo o sistema produtivo mundial durante mais de um século, valorizando ainda mais esse potencial econômico-estratégico, quando se considera uma crescente demanda por combustíveis convencionais.

Uma abundância de recursos vivos, componentes da cadeia alimentar da fauna e flora constituintes do ecossistema austral, alguns já sendo pesquisados para processamento em escala industrial, requer um planejamento para exploração e para um desenvolvimento ecologicamente auto-sustentado, uma vez que o espaço antártico tem sido considerado por alguns como futuro armazém de proteínas para a Humanidade.

A piscosidade acentuada dos mares antárticos motivou a pesca de baleias e de focas, em larga escala no passado e ainda hoje, mesmo quando tal atividade pesqueira já está submetida a mecanismos de controle por entidades internacionais que monitoram o meio ambiente. [A região pesqueira do Oceano Antártico revela ainda grandes possibilidades de exploração lucrativa e promissora, principalmente com re-

lação ao krill, apresentando um potencial auto-sustentado de captura da ordem de dez milhões de toneladas/ano, suprimindo além das necessidades existentes.

Considerando ainda as mais recentes circunstâncias plotadas no atual estágio de desenvolvimento da Humanidade, pode-se constatar um decréscimo na disponibilidade de água potável no planeta, em virtude do ritmo de crescimento da população e o índice de poluição verificado em determinadas regiões, que passam a estar carentes desse elemento básico, cujo consumo global duplicou nas últimas décadas. Sem sombra de dúvidas, também nesse aspecto, o espaço antártico apresenta-se como potencial econômico a ser visado em possíveis litígios que venham requerer o emprego do poder militar.

Aspectos militares - A operação no Continente Antártico é desafiante e particular, no que diz respeito à logística e às condições intrínsecas de realização de qualquer atividade.

Pelo menos para as marinhas que rotineiramente operam em mares tropicais, o ambiente austral serve de boa área de adestramento em tarefas sob condições inóspitas, particularmente de baixíssimas temperaturas e condições tempestuosas de navegação, além da existência de grande quantidade de "icebergs", que chegam a atingir grandes extensões de até 1.000 km, e da formação de banquisas no inverno, avançando muitas milhas mar adentro. Operações militares no espaço antártico requerem meios navais específicos e conhecimentos e técnicas especiais, tornando a navegação

difícil e perigosa(4:3).

Existem diversas questões antárticas pendentes sobre reclamos de território ou de recursos. Tais questões sugerem algum potencial de tensão entre os estados membros do TA, quer por razões de segurança quer pela possibilidade de ganhos econômicos. Interferências de outras nações não consultivas é uma constante fonte de preocupação. Há interesse de se estabelecer uma estrutura que proteja o meio ambiente antártico, previna a discórdia internacional e promova uma equitativa e inteligente utilização de recursos.

Como o Continente Antártico está a exigir um certo grau de desenvolvimento tecnológico que possibilite a sua exploração ou o seu domínio, as pesquisas científicas e a presença de militares em missões de apoio às estações de pesquisa podem sugerir uma intenção velada da utilização do poder da tecnologia como dissuasor estratégico e como um poderoso trunfo de barganha diplomática no plano mundial.

Nos mares antárticos e subantárticos, estão situadas algumas ilhas de grande valor estratégico como bases de apoio, imprescindíveis para um controle de área marítima, por onde passam importantes linhas de comunicação. Uma presença constante e vigilante, em águas internacionais do Oceano Austral, é no mínimo prudente e desejável, segundo seus interesses nacionais, para os países, como o Brasil, que têm o seu principal cenário de atuação no Oceano Atlântico.

Aspectos psicossociais - No que diz respeito às aspirações nacionais do povo brasileiro, embora se possa sempre constatar uma grande destinação do capital para exploração das atividades ligadas à terra, por motivação provinda de incentivos ou de políticas governamentais, uma vez que o nosso gigantismo territorial sempre esteve mais presente nos reclamos de desenvolvimento; também sempre nos defrontamos com uma expressão significativa de maritimidade, explicitada pela extensão da nossa costa ou pela tradição mantida pela Marinha do Brasil, além de uma atividade econômica cada vez mais expressiva voltada para o meio aquaviário.

Assim é que, com a criação da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), em 1974, sob coordenação do Ministro da Marinha, chegamos a contar, a partir de 1980, com uma Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM), que se consubstanciou em planos e programas anuais e plurianuais elaborados pela própria CIRM, tais como: Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM), incluindo o Programa de Recursos Vivos da Zona Econômica Exclusiva (REVIZEE) e o Sistema Global de Observação dos Oceanos (GOOS); Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC); e o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC).

Com relação ao Continente Antártico, devido a uma maior divulgação das atividades desenvolvidas na área de pesquisa, com o envolvimento do segmento acadêmico, o cidadão tornou-se cada vez mais esclarecido e interessado na

atuação brasileira nesta parte do globo, ainda tão desconhecida, cuja exuberância passou a cativar a atenção sobre a importância da nossa presença no espaço antártico ao lado de diversas nações do mundo desenvolvido, a ponto de o governo ter formulado uma Política Nacional para Assuntos Antárticos (POLANTAR), dando origem ao Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR).

Como podemos perceber, além do apoio da Força Aérea Brasileira às missões antárticas, a Marinha do Brasil vem desempenhando um papel preponderante no sentido de conscientização da nossa comunidade científica, instituições acadêmicas e da opinião pública em geral sobre o valor do mar, particularmente o da importância da nossa presença no espaço antártico, como fonte imprescindível de informações para pesquisas meteorológicas, biológicas, oceanográficas, hidrográficas, atmosféricas e sobre navegação.

## SEÇÃO II - A IMPORTÂNCIA DA ANTÁRTICA

O relacionamento brasileiro com o mar remonta à época do nosso descobrimento, quando o colonizador português aqui chegou por via marítima.

Foi também através do meio aquaviário que consolidamos e mantivemos a nossa integridade territorial após a nossa independência, e que, ainda nos dias de hoje, se processa a quase totalidade do nosso comércio internacional, em que pese ainda não explorarmos, naturalmente de forma auto-sustentada, todo o manancial de recursos disponíveis na nossa Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e Pla-

taforma Continental.

Com a maior parte de cerca de oito mil quilômetros de extensão de fronteira marítima, nos defrontamos com o Continente Antártico, sendo que a nossa ZEE se projeta naturalmente para os mares antárticos, cujas parcelas mais importantes das potencialidades econômicas já foram assinaladas anteriormente.

Mesmo a despeito de ainda não explorarmos a piscosidade do nosso mar territorial, da forma e na intensidade que deveríamos, não podemos prescindir da possibilidade e da capacidade futura de termos livre acesso ao hábitat piscoso do Oceano Glacial Antártico, sob pena de perdemos uma importante fonte de produtos, segundo a nossa capacidade de exploração e de produção, a serem possivelmente colocados num nicho de mercado cada vez mais promissor.

Convém salientar que a pesca não é só uma atividade econômica destinada ao comércio internacional, pois, para alguns povos, ela é, também e principalmente, parte do processo produtivo imprescindível à subsistência, chegando a se deslocarem a longínquas localidades para uma atividade pesqueira, requintada a ponto de ser industrializado o pescado ainda em alto mar, portanto bastante desenvolvida como atividade-base de sustentação econômica e de processos produtivos nacionais.

Para algumas nações, a importância do espaço antártico transcende à relevância das rotas marítimas ou aos interesses econômicos e científicos, uma vez que possuem posicionamentos políticos na esfera internacional que tam-

bém as levam a outros patamares de reivindicação, como procuraremos abordar no próximo capítulo.

Para essas nações, uma presença geográfica seletiva passa a assumir uma outra conotação de importância, além de oportunidade de adestramento em operações militares no ambiente antártico, mesmo que em aproveitamento do apoio prestado às missões de pesquisa, ressaltando a importância da compreensão dos fenômenos meteorológicos originários na Antártica e o próprio ambiente de operação. O conhecimento e o aproveitamento do clima e das suas condicionantes podem significar um nível de tecnologia acima, a ser atingido por quem busca dominá-la, em prol de uma atuação em circunstâncias já conhecidas e menos desfavoráveis.

Como sabemos, a Antártica faz parte da política externa de expressiva parte dos países de peso no mundo e a sua natureza potencialmente estratégica, como que buscando neutralizar tendências inoportunas, pode estar na necessidade de cerca de dez por cento da superfície terrestre permanecer como zona neutra ou de paz, o que já a torna, hoje, importante estrategicamente.

Quanto à proximidade do Continente Antártico com a América do Sul, assume um significado que é realçado quando se considera a Passagem de Drake e o Estreito de Magalhães, rotas marítimas cruciais para a circulação de mercadorias no comércio internacional, pois a Península Antártica, em conjuminância com as ilhas Orcadas do Sul, Sandwich do Sul, Geórgias do Sul e Malvinas, desfruta de um posicionamento privilegiado e adequado para apoio e

controle do tráfego marítimo, principalmente com a consolidação do Mercosul, quando regionalmente se espera um aumento de tráfego significativo entre os países que integrarão o mercado comum.

Da mesma forma, dentro do fenômeno de globalização da economia mundial, é esperado um aumento do tráfego pela rota do Cabo, por onde passam tradicionais linhas de comunicação marítima, principalmente quando também se espera uma intensificação do comércio entre blocos regionais, pelo sul do Continente Africano, numa hipótese de impedimento ou mesmo obsolescência do Canal de Suez, pelo menos para algumas classes de navios, sendo que idêntica possibilidade pode ser considerada para o Canal do Panamá.

Num contexto de bipolaridade, a área do Atlântico Sul era considerada periférica pelas grandes potências, excêntrica ao eixo de projeção de poder e igualmente de interesse estratégico marginal, constituindo-se uma imensa área marítima num grande vazio de domínio, pela sua distância dos pólos irradiadores de poder, ou em virtude da sua inexpressiva participação nos grandes fluxos de comércio internacional.

No entanto, atualmente e particularmente, os mares antárticos têm se revelado como um fantástico reservatório de matérias-primas, representando também uma área de expansão econômica e cultural da qual o hemisfério norte não pode prescindir, principalmente como acesso ao Continente Antártico, que parece, por mais cinqüenta anos, ainda permanecer como uma parte do globo com destino não completa-

mente definido.

A sobrevivência econômica dos países ribeirinhos ao Atlântico Sul depende do comércio marítimo, sendo o mesmo vital, na margem africana, para exportação de minerais estratégicos, matérias-primas e petróleo; e, na margem sul-americana, para a exportação de minérios, grãos, produtos manufaturados e importação de petróleo.

Infelizmente, a capacidade militar e econômica conjunta dos países sul-atlânticos é ainda muito inferior para o exercício de um controle efetivo sobre áreas focais e ilhas oceânicas de valor estratégico no Atlântico Sul ou particularmente nos mares antárticos, o que poderia garantir a defesa estratégica da região, mas nem por isso rouba-lhes a importância ou a atenção merecidas e que lhes devem ser dedicadas nesse cenário.

Os mares da Antártica e a presença no continente têm uma importância crucial dentro da iniciativa brasileira de criação de uma Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul (ZPCAS). O Protocolo de Madri, atrelado ao TA e num contexto da nova ordem política mundial, dá ênfase ao aspecto ambiental e cria condições para os estados aderentes de serem atribuídas prioridades mais altas para as metas de desenvolvimento nacionais e regionais, catalisando esforços no sentido de se intensificar mecanismos de cooperação.

Na nossa avaliação, sem dúvida nenhuma, a presença nos mares antárticos e no continente, num contexto da criação da ZPCAS e da vigência do Protocolo de Madri, repre-

senta uma necessidade premente a ser atendida e uma capacitação permanente a ser atingida no espaço antártico, considerado, nessa concepção, como altamente estratégico.

Um contexto estratégico-militar, bem mais sensível e difícil de ser articulado na nova ordem mundial, cede espaço a um contexto estratégico-econômico, mais palatável, onde a pesquisa é essencialmente voltada para a área civil e para conquista de espaços vitais de escoamento da capacidade produtiva, em mercados ao alcance da penetração dos excedentes da produção, redirecionando e redimensionando a aquisição de tecnologia através das pesquisas, redundando em reflexos diretos ou indiretos na atividade ou na produtividade econômica e despertando os mais variados interesses no grande rol dos países, como também do Brasil.

### SEÇÃO III - OS INTERESSES BRASILEIROS

O Brasil sempre esteve caracterizado por uma expressão competitiva entre uma continentalidade e uma maritimidade, esta última tendo o Oceano Atlântico como foco de atenção ou de atração para o país, assim como, estrategicamente, além de ser o acesso ao Continente Antártico, também é uma via marítima vital para as nações desenvolvidas do Hemisfério Norte, uma vez que devem ter a conscientização de que não podem contar, como certa e a qualquer tempo, a operação através dos Canais do Panamá e do Suez.

Obviamente, os crescentes interesses brasileiros, no cenário do Atlântico Sul, não fogem a essa realidade que inclui o posicionamento estratégico privilegiado das nos-

sas ilhas oceânicas e as nossas intenções quanto ao espaço antártico, onde já dispomos da nossa Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) e procuramos nos ambientar com uma operação continuada na região.

Os nossos interesses se inserem no cenário de vigência do Tratado da Antártica, com reflexos nos compromissos brasileiros perante o TIAR, considerando a efetiva implementação do Protocolo de Madri e , ainda, os direitos e às responsabilidades assumidas pelo Brasil perante a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), em vigor a partir de 1994, sob implicações políticas, econômicas e estratégicas de uma nova ordem mundial.

Tais implicações abrangem interesses militares implícitos ou convenientemente velados; interesses econômicos, conforme são tratados no Acordo de implementação da PARTE XI da citada Convenção; enfim, interesses brasileiros político-estratégicos que estão em jogo, destacando-se que foi preservada a possibilidade do surgimento de soluções respaldadas por ameaças ou por um efetivo emprego da força, evidentemente pelos países mais fortes.

Por outro lado, pela importância da Antártica, num contexto estratégico-econômico, conforme o já assinalado anteriormente, o Brasil tem interesses que não devem ser relegados a segundo plano ou receberem menor prioridade. A nossa presença no espaço antártico também transcende ao simples aspectos da pesquisa científica em busca de conhecimento e de mais capacidade tecnológica.

No estágio atual da evolução tecnológica no mundo, a

atenção está mais voltada para o espaço, na tecnologia incorporada pelos satélites e seus benefícios mais imediatos e facilmente perceptíveis, o que roubou parte da importância estratégica projetada para a Antártica no início da década dos sessenta, quando ainda estávamos para pisar na Lua.

Além disso, o desenvolvimento tecnológico mundial tem gerado menos, ao invés de maior, pressão no sentido de violação do Tratado da Antártica, não afetando os nossos interesses na região, cujo potencial econômico e estratégico ainda não pode ser considerado como totalmente avaliado neste momento, mas que já se apresenta como destacado interesse de nações, dentre elas, o Brasil, que procura manter uma posição marcante em atividades antárticas, por período indefinido.

Há vários posicionamentos políticos, que tomamos em momentos históricos diferentes, que nos impelem a marcar a nossa presença, seja para garantir a capacidade de posicionamento do Brasil perante as decisões a serem tomadas a respeito do espaço antártico, seja pela necessidade de atuação na região, respaldando coerentemente a busca de implantação da ZPCAS, iniciativa brasileira frente a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU).

É lógico que os nossos interesses também incluem a pesquisa voltada para uma melhor compreensão e previsão dos fenômenos meteorológicos originários na Antártica, permitindo-nos, entre outros inúmeros benefícios, uma antecedência capacitadora de um planejamento da época de

plantio e da colheita, otimizando a nossa capacidade produtiva e minimizando as nossas perdas, através do conhecimento mais apurado das repercussões do clima e das condições atmosféricas sobre o nosso território.

Mas o estudo do clima e de suas condicionantes, por exemplo, podem ter aplicações múltiplas, embora a de natureza econômica possa ser a mais imediata e de assimilação mais natural e de conhecimento público, o que pode não ser verdadeiro e de domínio público quando se tratar de aplicações militares, no que diz respeito a previsões meteorológicas e à capacitação de empreender operações autônomas; e não podemos deixar de assimilar tal capacidade, nem que seja para dispormos do poder da tecnologia como dissuasor estratégico.

A capacidade e as características reguladoras da massa antártica, em relação à temperatura do globo, sinalizam possibilidades que só um nível tecnológico adequado e correspondente poderá delimitar o alcance de aplicação do conhecimento adquirido a respeito do assunto.

Muitos dos nossos interesses no espaço antártico já estão expressos e contemplados pelas ações em curso, nos projetos e programas decorrentes das políticas específicas já formuladas pelos órgãos e instituições com atividades dedicadas ao Continente Antártico, para o que, de uma forma tradicional e pioneira, a Marinha do Brasil tem exercido um papel imprescindível, executando tarefas que lhe são subsidiárias, face a um reconhecimento da Antártica como fonte imprescindível de informações, não só para a Marinha

como também para a<sup>s</sup> nossas comunidades científica e acadêmica ou para a própria sensibilização da opinião pública, cada vez mais participante e esclarecida a respeito das nossas atividades na região.

Em que pese a expressão, com fins pacíficos, dos interesses brasileiros no espaço antártico, não podemos nos esquecer de que os tratados e convenções internacionais, bem como as suas negações, em última análise, são respaldados pelas expressões do Poder Nacional dos Estados, tenham ou não aderido aos referidos diplomas internacionais legais; e de que a implementação de uma solução pretendida, segundo interesses nacionais específicos, pode ser buscada através de um efetivo emprego de força ou por intermédio de dissuasão, conforme procuraremos analisar outros aspectos do Continente Antártico no capítulo que se segue.

## CAPÍTULO 2

### ATUALIZAÇÃO DAS TESES TERRITORIALISTA E INTERNACIONALISTA

#### SEÇÃO 1 - A TESE TERRITORIALISTA

Desde as primeiras expedições para a conquista do Pólo Sul, no início deste século, que os propósitos dos empreendimentos vêm se tornando mais objetivos em relação à Antártica, incluindo os pretextos de exploração econômica e de pesquisas científicas, resultando finalmente em anúncios de anexação territorial, o que não tem tido uma acolhida positiva pela maioria dos países que demonstraram interesse pelo espaço antártico.<sup>1</sup>

Assim como os EUA e a CEI, entre outras nações de peso no cenário internacional, o Brasil não fez nenhuma reivindicação de território antártico, antes da assinatura do Tratado da Antártica (TA), e propugna pela sua plena vigência, reconhecendo ser o único diploma legal sobre o Continente Antártico.

Em que pese o referido instrumento jurídico não poder ser interpretado como renúncia, como reconhecimento ou negação das pretensões de qualquer das partes contratantes em relação às suas reivindicações territoriais, o tratado

---

<sup>1</sup> Das doze partes contratantes, em 1959, sete países já haviam apresentado suas pretensões de anexação territorial: Argentina, Austrália, Chile, França, Reino Unido, Nova Zelândia e Noruega. Atualmente, são quarenta e dois países aderentes ao TA, dos quais apenas dezesseis são partes não-consultivas.

estabelece que, durante a vigência do mesmo, não caberão novas reivindicações; além de, conforme já assinalado anteriormente, também proibir o estabelecimento de bases militares, a realização de manobras militares ou a experiência com qualquer tipo de arma.

No entanto, vários foram os princípios invocados pelas nações, buscando uma anexação territorial: da descoberta, da proximidade geográfica ou continuidade geofísica, do exercício de jurisdição ou da segurança, da defrontação, da ocupação permanente, da exploração econômica ou da pesquisa científica; dando respaldo a possíveis pretensões brasileiras, caso fosse julgado do nosso interesse, mas o Brasil se posiciona como um país não-territorialista, ou seja, não reivindica e nem reconhece reivindicação territorial, preferindo liberdade de atuação em qualquer setor da Antártica.

Em conformidade com essa linha de ação e levando em consideração a realidade do cotidiano nas atividades antárticas, e perseguindo condições flexíveis e mais pragmáticas para explorar qualquer parte do continente, o Brasil não se alinha com a concepção territorialista, uma vez que a preocupação com reivindicações territoriais, procurando resguardar uma soberania regional, não se coaduna com as necessidades e os objetivos acordados pelos países participantes do TA, cujas condutas devem ser pautadas pelos dispositivos do referido documento legal.

Assumindo que o Brasil reconhece, como mais adequada, uma atuação coordenada e cooperativa entre as nações pre-

sentes no espaço antártico, reforçando a postura tomada por ocasião da aderência ao tratado, em 1975, em que ressaltávamos, como ponto fundamental, o princípio da igualdade entre os signatários, sem qualquer tipo de distinção ou de discriminação; nessas bases, a tese territorialista apresenta-se como inadequada e extemporânea para uma realidade vivenciada sob os dispositivos do TA, que buscam preservar condições para o devido encaminhamento de soluções harmônicas a respeito da conservação e da exploração racional do espaço antártico.

Entretanto, a posição não-territorialista brasileira também não se alinha com os países internacionalistas, que não são membros do TA e que desejam o continente como patrimônio comum da Humanidade, como passaremos a discorrer em seguida.

## SEÇÃO 2 - A TESE INTERNACIONALISTA

Em oposição à tese territorialista, apresenta-se o posicionamento dos países ditos internacionalistas, que procuram uma negação ou neutralização do TA, do qual não participam por não terem aderido, segundo as condições estabelecidas, buscando atrair a região para lugar comum de atuação regida pela Carta das Nações Unidas.

Os países aderentes ao TA têm procurado enfatizar a sua<sup>s</sup> competência<sup>s</sup> exclusiva<sup>s</sup> para decisões sobre as atividades e os destinos do continente austral, o que procura afastar a possibilidade de participação de terceiros países, mediante projetos oriundos da ONU, em território an-

tártico, e que não estejam inseridos no contexto do tratado.

O Brasil não se apresenta como um país internacionalista, uma vez que defende a plena vigência do TA e o atual sistema jurídico de atuação, através dos diversos organismos existentes no chamado Sistema do Tratado da Antártica (STA), perseverando na consecução dos objetivos brasileiros no espaço antártico, buscando um gerenciamento feito "pelos países que efetivamente atuam na região e que, portanto, melhor conhecem as características, dificuldades e peculiaridades do ambiente antártico" (25:8).

Pelo menos para os países membros do TA, a internacionalização proposta é restritiva e desfavorável, trazendo, em seu bojo, uma tendência em se tornar condomínio de poucos países do mundo com condições de explorar/explotar o espaço antártico, independentemente de já terem feito qualquer tipo de investimento ou de terem tido qualquer parcela de participação ou contribuição em relação ao continente, desde que a região passou a desfrutar da atenção internacional e que recebeu considerações e investimentos significativos por parte do chamado clube antártico, onde se inserem países como o Brasil, que ainda buscam um nível de desenvolvimento econômico e de tecnologia à altura de suas pretensões em relação ao espaço antártico.

Pelos mesmos motivos que se apresenta com um posicionamento não-territorialista e também reforçando uma postura tomada por ocasião da aderência ao tratado, em que o princípio da igualdade entre os signatários foi defendido

como ponto fundamental, o Brasil não se alinha com os internacionalistas, uma vez que contrariam as nossas pretensões estabelecidas pela formulação da Política Nacional para Assuntos Antárticos (POLANTAR) (3:8573) e em virtude de também se apresentar como uma tese inadequada e extemporânea a uma realidade vivenciada sob os dispositivos do TA.

Constata-se, dessa forma, uma inadequada postura de Estados que sustentam tanto a tese territorialista, quanto a tese internacionalista, evidenciando-se uma necessidade de evolução das respectivas pretensões nacionais no cenário internacional.

### SEÇÃO 3 - NECESSIDADE DE ATUALIZAÇÃO DAS TESES DE OCUPAÇÃO/EXPLORAÇÃO DA ANTÁRTICA

Mantendo-se o "status quo", sob a égide do TA, os estados membros, indistintamente, usufruem de seus direitos assegurados pelo diploma legal, registrado internacionalmente de acordo com a Carta das Nações Unidas.

Mas as letras, num pedaço de papel, podem não serem suficientes para garantir uma zona de neutralidade ou de paz na Antártica, contratada apenas pelos países membros e por conveniências próprias, embora estabeleçam um amparo legal que precisa ser rompido por Estado ou grupo de Estados, para imporem as suas vontades, respaldados por uma expressão de poder.

O cenário estratégico mundial, anterior à assinatura do TA e durante todo o período de vigência que antecede ao

término da Guerra Fria, associava fatalmente a importância da Antártica a uma disputa ideológica pulverizada ao redor do globo e a uma conseqüente abordagem política de segurança estratégica-militar, que era respaldada por uma vantagem de posicionamento geoestratégico e por uma capacidade econômica advinda do acesso às fontes de sistema produtivo nacional, do processamento de insumos e de sua comercialização, o que envolvia, entre outros aspectos:

- desenvolvimento de novas tecnologias, envolvendo fatalmente a Antártica;

- provável necessidade de deslocamento das linhas de navegação para o sul da América do Sul e da África, considerando-se a obsolescência dos Canais do Panamá e de Suez, pelo menos para determinadas classes de navios; e

- respaldo do poder militar nacional que buscava a utilização das ilhas subantárticas como bases navais de apoio.

Em que pese esses aspectos considerados ainda estarem presentes no atual cenário, passa também a existir uma ênfase na demanda de conservação do meio ambiente, além de a abordagem política-estratégica-militar ter evoluído para um enfoque de natureza política-econômica-estratégica, conforme já assinalado no primeiro capítulo deste trabalho.<sup>1</sup>

Nesse contexto, evidencia-se uma necessidade de evolução das pretensões nacionais em relação ao Continente

---

<sup>1</sup> veja p. 5-6

Antártico, uma vez que, após a assinatura do TA, tais reivindicações territoriais ou de internacionalização acabaram caducando ou tornaram-se extemporâneas, conforme constatamos ao longo do tempo já decorrido, pois só teriam sentido caso não houvesse qualquer dispositivo internacional legal que regulasse uma gestão compartilhada dos assuntos antárticos.

Considerando a possível existência, em 1959, de um "estratagema do Departamento de Estado americano para retirar a questão do âmbito das Nações Unidas e, assim, controlar a admissão dos países" no clube antártico que, à época, excluía o Brasil, vingando "um projeto internacionalista de âmbito restrito" (18:36); o TA foi uma solução excludente em relação à tese internacionalista e uma solução conciliatória para as diferentes reivindicações territoriais, instituindo mecanismos de cooperação e de uma gestão compartilhada.

Tal gestão não deve tomar por base o que propõem alguns países mais recentemente: de ser mantido o espaço antártico intocável, em face de uma alegada fragilidade do seu ecossistema; mas sim, basear-se num adequado nível científico-tecnológico para que, com determinação, se persiga a possibilidade e a viabilização de um desenvolvimento ecologicamente auto-sustentado.

Ainda com relação aos aspectos ambiental e científico, qualquer tese atual de ocupação/exploração da Antártica deveria incorporar a possibilidade de uma abertura cada vez maior a respeito da fiscalização do meio ambiente e da

atividade científica, viabilizando um acesso mais fluente aos resultados de pesquisas ou de impactos sobre o meio ambiente, sob a égide da Carta das Nações Unidas e através dos organismos internacionais já existentes, para os Estados não membros do TA.

35  
AH

### CAPÍTULO 3

## ANÁLISE DAS TEORIAS GEOSTRATÉGICAS, COM RELAÇÃO À ANTÁRTICA, FRENTE AO NOVO CENÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICO-ESTRATÉGICO

### SEÇÃO 1 - UM NOVO CENÁRIO POLÍTICO-ESTRATÉGICO

Muito tem sido publicado e considerado a respeito de uma chamada "Nova Ordem Mundial". No que concerne ao escopo desse trabalho, o que nos interessa são <sup>as</sup> implicações das mudanças verificadas no comportamento e nas necessidades nacionais, dentro de um novo cenário internacional político-estratégico, relacionado com o espaço antártico, particularmente, como a Antártica se apresenta no contexto das teorias geoestratégicas.

Mesmo durante o período da chamada Guerra Fria, a Rússia sempre procurou estar presente na cena internacional, e, no que concerne ao espaço antártico, foi um dos doze países contratantes por ocasião da assinatura do Tratado da Antártica, ao lado dos EUA, na qualidade de ser a outra superpotência hegemônica em relação à União Soviética, em plena vigência de uma bipolaridade mundial.

Considerando a existência de tendências internacionais voltadas para os interesses no Continente Antártico, tanto os EUA quanto a então União Soviética procuraram conquistar condições de posicionamento frente às exigências de uma atuação predominante na região antártica, com uma preocupação sempre voltada para um futuro emprego de poder militar na região, mesmo que fosse como capacidade

dissuasora ou deterrente.

Embora uma nova ordem mundial ainda não esteja completamente delineada, pode-se constatar que algumas mudanças significativas influenciaram o exercício de um poder político, antes, mais respaldado pelo poder militar de cada nação e, agora, cada vez mais condicionado pelo poder econômico nacional, que passa a influir decisivamente nas decisões políticas, a carrear recursos e a colher resultados de um avanço tecnológico mais voltado para um emprego civil do que para o militar, que foi tão estereotipado como destinatário final das conquistas atingidas.

Assim, algumas sociedades passam a desfrutar mais e oportunamente dos benefícios alcançados por uma incorporação de novas tecnologias, que, numa intensidade e velocidade crescentes, alavancam um grau mais adequado de desenvolvimento, tão almejado e agora mais presente nas aspirações nacionais, através de uma busca e preocupação constantes em relação às realizações sociais e a níveis melhores de qualidade de vida, alcançando um poder de convencimento mais naturalmente aceitável perante o mundo do que aquele condicionado ao emprego do poderio militar.

Maior atenção está sendo dada ao meio ambiente, aos direitos humanos, aos chamados crimes transnacionais e às atividades econômicas, envolvendo capital e trabalho, seja entre Estados-Nação, seja num processo de globalização ou de regionalização das economias, visando à perseverança na consecução de objetivos nacionais, ou de realização das perspectivas de empresas multinacionais ou transnacionais,

em prol de uma adequada inserção da atividade produtiva e lucrativa em novos mercados, disputados na busca de espaços vitais viabilizadores dos projetos nacionais ou regionais.

Neste cenário político-estratégico, percebe-se a predominância da expressão econômica em substituição à militar, que passa a desempenhar um papel menos ostensivo, em virtude dos conflitos se apresentarem mais propensos a serem resolvidos por vias pacíficas ou, quando não, de serem arquitetadas ações através de coalizões de Estados, com respaldo em organizações internacionais.

Na atividade econômica, percebe-se uma intenção de esvaziamento da importância das matérias-primas e dos recursos humanos, que passaram a merecer menor atenção em relação ao nível tecnológico. Certamente, o engendramento de um produto acabado passa por uma combinação otimizada da participação de todos os componentes do ciclo produtivo: disponibilidade de matérias-primas, beneficiadas por recursos humanos adequadamente preparados, com baixo custo de mão-de-obra; detenção de um grau de desenvolvimento tecnológico necessário; e agilidade apropriada para se transformar os progressos da ciência em inovações tecnológicas, a curto prazo e com ganhos de produtividade.

Os fenômenos da globalização e da regionalização conduzem aos megablocos econômicos e aos mercados regionais, que buscam uma integração provinda da necessidade de se equacionar a interdependência das economias, num ambiente que associa desenvolvimento econômico com desenvolvimento

social, procurando minimizar as enormes desigualdades entre os chamados primeiro e terceiro mundos, entre ricos e pobres, entre países desenvolvidos e os demais, enfim, entre produtores e consumidores, sem fronteiras ou qualquer tipo de condicionamento geofísico.

GEO-ESTRATÉGICA

## SEÇÃO 2 - AS TEORIAS GEOSTRATÉGICAS

Nas diversas fases de evolução da Humanidade, surgiram comunidades que procuravam se projetar perante o universo conhecido nas suas respectivas épocas, buscando colocar em prática teorias de domínio que as afirmassem, em última análise, como potência capaz de uma plena satisfação de suas necessidades e, conseqüentemente, exercendo hegemonia perante os demais povos, que ainda não tivessem atingido tal grau de progresso, assumindo-se que só poderiam atingi-lo em dependência dos mais desenvolvidos.

Em que pese tal linha de raciocínio não considerar a aparição de fenômenos internacionais que viessem, de alguma forma, modificar os paradigmas de então, como a globalização das economias e a regionalização de mercados, a interdependência entre as economias nacionais é um fato bem presente numa nova ordem mundial, que ainda está por ser completamente estabelecida.

Considerando o cenário político-estratégico atual, duas teorias geoestratégicas são dignas de análise em relação à realidade atual da Antártica, que não fazia parte do contexto universal por ocasião do anúncio das referidas teorias, ambas provindas de eminentes teóricos: um, cida-

dão americano, teórico do Poder Marítimo, Almirante Alfred Mahan (1840-1914); e outro, cidadão inglês, teórico do Poder Terrestre, "Sir" Halford John Mackinder (1861-1947).

A Teoria do Poder Marítimo - Com base na sua experiência na Marinha dos Estados Unidos, onde serviu entre 1856 e 1896, tendo sido presidente do "Naval War College" entre 1886 e 1892, além de desfrutar de uma reputação advinda das publicações de várias obras sobre História Naval, Mahan tentou justificar a História e o futuro do mundo através da sua teoria, que identificava o Poder Marítimo como basicamente sendo o sustentáculo do poder de um estado, uma vez que quem dominasse o mar dominaria o mundo.

O seu pensamento expressava uma necessidade de se exercer esse domínio do mar, pelo uso unilateral das linhas de comunicação marítimas, não permitindo a atuação da marinha inimiga em ocasiões beligerantes, quando nem mesmo o comércio pela sua marinha mercante deveria ser permitido, visando a negar o estabelecimento dos opositores como nação preponderante.

Apontava ainda algumas condições para que o país fosse uma potência marítima:

- a posição geográfica: dando vantagem ao Estado que não precisasse se defender em terra, citando a Inglaterra que dominava o Canal da Mancha, embora fosse geograficamente periférica; e os EUA que, sem vizinhos rivais, eram estrategicamente insulares, embora tivessem um posicionamento geográfico continental;

- a configuração física do território: sendo a costa uma fronteira de portos, aumentando a capacidade de comunicação com o resto do mundo e trazendo riquezas e mais poder;

- a extensão territorial e a população: podendo ser fator de força ou de fraqueza, uma vez que o número de habitantes de um país, geograficamente grande ou pequeno, determinaria uma extensão compatível de costa; salientando ainda, como sendo importante, a relação entre o número de habitantes e o de profissionais marítimos existentes;

- o caráter nacional: salientando a inclinação do povo para o comércio marítimo, para fundar e explorar colônias, trazendo mais prosperidade ao país; e

- o caráter do governo: enfatizando a vontade política de desenvolver uma mentalidade marítima, balanceando o seu Poder Naval com a sua Marinha Mercante e a sua capacidade de produção e de intercâmbio.

Mahan também assinalava que o mar era o melhor meio de transporte e, em que pese as suas perspectivas de aparecimento de outras potências no cenário mundial, uma potência preponderante no mar seria capaz de submetê-las pelo domínio das suas periferias e dos mares.

A Teoria do Poder Terrestre - Através da apresentação da sua teoria na Real Sociedade Geográfica de Londres, em 1904, Mackinder também tentou justificar a História e o futuro do mundo, desta feita, através de uma causalidade geográfica, identificando uma grande massa terrestre como sendo o centro do poder, a "ilha do mundo" (originariamen-

te: Europa, Ásia e o norte da África), basicamente, sustentando que: quem dominasse essa "Área Pivô" dominaria o mundo.

Mackinder assinalava que o mapa do mundo estava completo, uma vez que já teria terminado o período das grandes navegações exploradoras e conquistadoras, alterando-se a importância relativa entre o Poder Marítimo e o Poder Terrestre, cuja área pivô, detentora de todos recursos necessários à manutenção do poder e contando com o desenvolvimento das vias férreas para tanto, era inacessível ao Poder Marítimo e, portanto, imune à sua ação.

Assim, nada poderia se opor ao Poder Terrestre, que dispunha de amplos recursos continentais para organizar-se e fortalecer-se fora do alcance do Poder Marítimo, partindo então para o controle dos mares, como os ingleses dominaram o Índico, e os Romanos, o Mediterrâneo, respaldados por uma boa direção política e uma adequada rede de comunicações.

No contexto da teoria de Mackinder, a América e a Austrália ocupariam uma posição secundária, sendo consideradas periféricas, e o transporte terrestre assumia um papel mais importante do que o marítimo. O surgimento da aviação era encarado como apenas uma arma complementar do Poder Terrestre.

### SEÇÃO 3 - ANÁLISE DAS TEORIAS GEOSTRATÉGICAS

Numa primeira abordagem, pode-se evidenciar que, num processo histórico evolutivo das comunidades, quando bus-

cam uma melhor realização dos seus destinos através de identificação e de aplicação de teorias, não podem prescindir de uma visão que contemple circunstâncias que vão além das vigentes às suas épocas.

Assim, considerando-se as condicionantes do atual cenário político-estratégico, podemos assinalar, novamente, que uma expressão político-econômica parece prevalecer perante uma político-militar, destacando-se a presença marcante do aspecto tecnológico, além daqueles relacionados às condições de vida das comunidades, como os que tratam das relações entre capital e trabalho, do meio ambiente, dos delitos transnacionais, entre outros.

Tais realidades do presente, ao lado de fenômenos como o da universalização da economia e o da regionalização de mercados, evidenciando uma situação típica de interdependência, não estavam influenciando o pensamento estratégico vigente quando da formulação das teorias geoestratégicas sob consideração, bem como, uma preterição da necessidade de domínio, pela de cooperação e de integração, ainda não era uma realidade.

A própria Antártica não se inseria no contexto das duas teorias e o conceito de recursos não vislumbrava a dimensão que já veio a ser descoberta sobre o espaço antártico, não levado em consideração quando se visualizava o espaço geográfico de então, o que atualmente parece sinalizar com<sup>0</sup> uma integração salutar e necessária entre o ambiente marítimo e o continental.

Por ocasião da partilha do Ártico, quando era neces-

sário evoluir-se de uma exploração científica para uma exploração utilitária, dentro de uma realidade <sup>geo-estratégica</sup> geoestratégica <sup>geo-econômica</sup> que já se confundia com a atividade geoeconômica, a Teoria do Poder Terrestre de Mackinder era vigente e influenciadora do comportamento em voga, na então ordem mundial praticada, prevalecendo, neste escopo, a abordagem de defrontação adotada como referência pelos dois países com maior defrontação na área: Canadá e Rússia; sendo sacramentada a partilha política das ilhas árticas, nessas bases.

Atualmente, a realidade do ambiente marinho, particularmente dos mares antárticos, entendidos como armazenadores de recursos vivos e não-vivos, não só na lâmina d'água como também no solo e subsolo, e ainda o posicionamento de determinadas ilhas, passíveis de serem utilizadas como pontos de apoio, combinado com a existência de uma aviação e de um componente aeroespacial sempre presente, com um alto grau de tecnologia incorporada; todos esses fatores, em conjunção com uma contrapartida de circunstâncias e características da expressão da continentalidade de cada país, parecem, de uma forma combinada e segundo perspectivas voltadas para a região antártica, concorrer para uma política e para uma estratégia decorrente, que concebam uma exploração/exploração, coordenada e cooperativa, dos recursos dos mares antárticos, inseridos no rol das potencialidades existentes no contexto mundial.

Enfim, em última análise, pode-se considerar que as teorias do Poder Marítimo e do Poder Terrestre não admitiam uma <sup>a</sup> integração de recursos e de características geográficas

ficas, ainda sem levarem em adequada consideração a existência de um Poder Aeroespacial. Estavam restritas às suas épocas, quando ainda não se vislumbrava mudanças de paradigmas oriundos dos avanços tecnológicos, que viriam influenciar, decisivamente, não só o emprego de novas armas e seus alcances estratégicos, como também a amplitude dos conflitos, atualmente mais limitados nas suas origens e conseqüências, ao invés de se desenrolarem na totalidade do universo conhecido, além de terem cedido espaço à arte da diplomacia.

Finalmente, embora Mahan, formador de opinião para a maior potência naval da atualidade, tenha proporcionado atualizações e aperfeiçoamentos, que provocaram adequações de estratégias marítimas e dos navios a serem utilizados, com a sua teoria do Poder Marítimo, ela ainda não considerava a existência da aviação e da realidade antártica.

Por outro lado, as idéias de Mackinder, até 1943, redundaram numa diminuição de tamanho da área pivô, em função do aumento do alcance dos armamentos disponíveis. A sua teoria do Poder Terrestre subestimava a aviação e também desconsiderava a Antártica, uma vez que ainda era centrada na Grã-Bretanha como ponto de equilíbrio na balança de poder na Europa.

<sup>102</sup> Ambas teorias, formuladas em torno de 1900 e sem levar em conta o desenvolvimento tecnológico, tornaram-se ultrapassadas.

45  
AP

## CAPÍTULO 4

### REPERCUSSÕES DO PROGRAMA ANTÁRTICO NA POLÍTICA MARÍTIMA BRASILEIRA

#### SEÇÃO I - O SISTEMA DO TRATADO DA ANTÁRTICA

As origens da assinatura do Tratado da Antártica (TA) remontam a 1948, quando os EUA ainda estavam buscando entendimentos para estabelecerem um instrumento jurídico para o Continente Antártico, ocasião em que surgiam os primeiros conflitos de interesses entre os países internacionalistas e os territorialistas, que já haviam reivindicado território na Antártica e que eram contra uma internacionalização do continente, não sendo possível, à época, o estabelecimento de um estatuto jurídico a respeito.<sup>1</sup>

Com a realização da Conferência de Paris em 1955, ocasião em que se buscava organizar os esforços científicos a serem desenvolvidos no Ano Geofísico Internacional - AGI (1957-1958), foi criado um clima de cooperação e de entendimento entre as nações então divergentes, propiciando aos EUA a oportunidade de convidar os países, que foram julgados como inseridos no contexto, para comparecerem *à uma* numa outra conferência, em Washington, em 1959, a qual deu origem à assinatura do TA em 1º de dezembro do mesmo ano, congelando todas as reivindicações e passando a vigorar

---

<sup>1</sup> Com reivindicações, nos respectivos anos, os países territorialistas eram: Reino Unido(1908e1917), Nova Zelândia(1923), França(1924), Austrália(1933), Noruega(1939), Argentina e Chile(1940).

por trinta anos, a partir de 1961, quando então poderia ser revisado por solicitação de qualquer das partes contratantes.

Por não prever a criação de nenhum organismo permanente destinado a coordenar e controlar a sua aplicação, conforme estabelecida nos seus dispositivos, foi surgindo, ao longo do tempo e segundo as necessidades, o que acabou por se constituir no chamado Sistema do Tratado da Antártica (STA), que encerra um conjunto de acordos, celebrados através de comitês, convenções, conselhos e protocolos, entre outros instrumentos.

O primeiro componente natural do STA foi o Comitê Científico para Pesquisas Antárticas (Scientific Committee on Antarctic Research - SCAR), que já existia mesmo antes do TA, uma vez que foi constituído durante o AGI, para coordenação das atividades científicas, sendo um órgão não-governamental, atuando no âmbito do STA, prestando assessoria técnico-científica às partes consultivas do TA e a organizações internacionais, e acompanhando os assuntos relativos à integridade dos ecossistemas marinhos e terrestres na região. O Brasil foi aceito como membro do SCAR, em 1984.

Embora não tenha estabelecido nenhum tipo de estrutura permanente, o TA preconizava que fossem realizadas reuniões periódicas, em locais e intervalos apropriados, a fim de que fosse formulado aos respectivos governos, recomendações e medidas relacionadas com o seu efetivo cumprimento.

Surgiram, então, as Reuniões Consultivas do Tratado da Antártica (Antarctic Treaty Consultive Meetings - ATCM), que acontecem bienalmente, quando são feitos os intercâmbios de informações e tratadas questões relacionadas com: o exercício de jurisdição, de cooperação científica e logística entre os Estados membros, e proteção e conservação do ecossistema antártico, entre outras ações.

Nas ATCM, as decisões são tomadas por consenso, entre as partes consultivas do Tratado; entre elas, o Brasil, desde 1983. Atualmente, são vinte e seis as nações que já adquiriram tal condição, atribuída aos Estados entre os aderentes, em número de quarenta e dois países no momento, que demonstram seus interesses pela Antártica, através do estabelecimento de estações científicas ou pela condução de pesquisas ou envio de expedições científicas ao Continente Antártico.

Compõem também o STA:

- O Conselho de Gerentes de Programas Antárticos Nacionais (Council of Managers of National Antarctic Programs - COMNAP), funcionando em Washington, criado para assessorar o SCAR nos assuntos logísticos e operacionais. O Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) é o representante brasileiro no COMNAP, na qualidade de assessor do Exmo. Sr Ministro da Marinha, que é o coordenador da CIRM;

- A Convenção para Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos (Convention for the Conservation of Antarctic Marine Living Resources - CCAMLR), funcionando na

na Austrália, a partir de 1982, com a finalidade de regulamentar e controlar a exploração de todas as espécies de recursos vivos marinhos, destacando-se a pesca, em toda a área do TA, tendo o Brasil depositado seu instrumento de adesão em 1986;

- A Convenção para a Regulamentação das Atividades sobre Recursos Minerais Antárticos (Convention on the Regulation of Antarctic Mineral Resources Activities - CRAMRA, adotada em 1988, após seis anos de negociação, contando inicialmente com a aderência do Brasil, mas sem a nossa posterior ratificação.

Originariamente, a Convenção já proibia qualquer exploração ou aproveitamento de recursos minerais na Antártica, até que, por consenso na ATCM, houvesse decisão para permiti-lo, o que só logrou acordo por intermédio do Protocolo de Madri (1991), sob a forma de um protocolo de proteção ambiental, que passou a vigorar a partir de então, por um prazo inicial de cinquenta anos, durante o qual, encontra-se proibida toda a atividade relacionada aos recursos minerais e energéticos antárticos, exceto para fins de pesquisa científica, para a qual estabelecia diversos procedimentos a serem seguidos, bem como, para o apoio logístico às estações antárticas.

Com a entrada em vigor do Protocolo de Madri, espera-se a ativação, em breve, do Comitê de Proteção Ambiental (Committee for Environmental Protection - CEP), que tratará dos assuntos ligados à proteção do meio ambiente, turismo e atividades não-governamentais.

Considerando-se que o Protocolo de Madri ainda não atingiu as condições para a sua ratificação, estando de fora algumas partes consultivas de peso, como: EUA, Japão e Rússia; temporariamente e no âmbito da ATCM, funciona um grupo de trabalho (Transitional Environmental Working Group - TEWG) com a finalidade de elaborar recomendações a respeito da preservação ambiental na Antártica.

Finalmente, vale ainda ressaltar que o Brasil tem se destacado no STA, o que é reconhecido pelas demais partes consultivas e pelas Organizações Não-Governamentais (ONG), como um País exemplar no manejo ambiental, inclusive, tendo proposto, juntamente com a Polônia, no ano passado, a criação da primeira Área Antártica Especialmente Gerenciada (Antarctic Specially Managed Area - ASMA), região correspondente à Baía do Almirantado, onde se localiza a EACF, sendo que os demais países que realizam pesquisas na área (EUA, Equador, Peru e a Polônia) concordaram em que o representante brasileiro fosse o primeiro coordenador da implementação do seu plano de gerenciamento.

Assim, <sup>mais de vinte</sup> com a presença brasileira na Antártica, há quase quinze anos, temos contribuído, principalmente no âmbito do STA, para um aumento do prestígio do país junto à comunidade internacional, o que é atingido com o cumprimento de um efetivo programa de atividades, ] cujos aspectos político-estratégicos mais significativos e as suas relações com a Política Marítima Brasileira passaremos a examinar.

SEÇÃO II - O PROGRAMA ANTÁRTICO BRASILEIRO E A POLÍTICA  
MARÍTIMA BRASILEIRA

Dentro do contexto do STA e segundo os interesses brasileiros de nos constituirmos como parte consultiva do Tratado da Antártica, havia necessidade de desenvolvermos atividades significativas de pesquisa científica, seja por intermédio da instalação de uma estação no Continente Antártico, seja pelo envio de expedições.

Para tanto, embora já tivéssemos aderido ao TA desde 1975, somente em 1982, foi atribuída à CIRM, adicionalmente àquelas tarefas que lhe tinham sido originariamente designadas, a elaboração de um Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), o que foi realizado com a colaboração de um competente grupo de pesquisadores e segundo as diretrizes gerais aprovadas para que a Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONANTAR), recém criada à época, formulasse a Política Nacional para Assuntos Antárticos (POLANTAR).

O PROANTAR procurou estabelecer as raízes da presença brasileira na Antártica e tem o propósito de "promover a realização de substancial pesquisa científica na região antártica, com a finalidade de compreender os fenômenos ali ocorrentes e sua influência sobre o Brasil, e possibilitar a participação do País no aproveitamento dos recursos naturais da área" (28:13).

É, portanto, um programa eminentemente nacional, buscando a consecução de determinados objetivos que atendam

aos interesses nacionais, tendo a Marinha uma parcela ponderável de participação e de responsabilidade na sua execução, através da CIRM.<sup>1</sup>

No entanto, a partir de 1991, passou a gestão das verbas e dos projetos de pesquisa do programa para o CNPq, participando apenas, através da SECIRM, no Grupo de Assessoramento do PROANTAR, que examina preliminarmente o mérito, a prioridade e a validade das propostas de projetos para o programa. Numa fase posterior, a SECIRM verifica a praticidade dos projetos aprovados em relação à logística requerida.

Desde a sua implantação, o PROANTAR projetou o Brasil no processo decisório do STA e os seus resultados atestam que o investimento em pesquisas científicas, no espaço antártico, nos capacita a termos condições de participar no aproveitamento equânime dos recursos naturais da região e de uma forma ecologicamente auto-sustentada, cumprindo o seu propósito, que era baseado tão somente em diretrizes para a formulação da POLANTAR e suas condicionantes.

Por outro lado, a Política Marítima Nacional (PMN), formulada com a finalidade de orientar o desenvolvimento das atividades marítimas do País, de forma integrada e harmônica, visando à utilização efetiva, racional e plena

---

<sup>1</sup> A CIRM é um colegiado que comporta representantes da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e dos ministérios: Marinha; Relações Exteriores; Transportes; Educação; Indústria, Comércio e Turismo; Minas e Energia; Ciência e Tecnologia; e Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal.

do mar, de acordo com os interesses nacionais e segundo a capacidade do nosso Poder Nacional, deve estar voltada para uma boa gestão das atividades nacionais no setor marítimo; deve propiciar condições favoráveis para se transpor óbices por ventura existentes no ambiente marítimo ou na sua infra-estrutura, fortalecendo a base humana e a econômica do setor, bem como, a indústria, o comércio, a pesquisa e desenvolvimento voltados para o setor, além de zelar pelo estabelecimento de um Poder naval compatível.

A importância e a pragmaticidade da PMN, na formação de uma mentalidade marítima adequada ao fortalecimento do Poder Marítimo e em benefício dos interesses do País, é estrategicamente inquestionável e politicamente necessário.

A realidade a que chegou o PROANTAR, os seus reflexos nas exigências de desempenho do País e o apoio requerido pelas suas atividades evidenciam uma necessidade de se validar a seleção de prioridades e de se atualizar os recursos alocados, que precisam ser compatíveis com o propósito do programa; enfim, uma necessidade de mudança de postura em relação ao que realmente se espera atingir na condução de tal empreendimento.

Assim, os interesses nacionais ligados ao mar são expressos pelo nível de conscientização da classe política e do povo a respeito, pela ordem de grandeza da Marinha Mercante e de uma Marinha de Guerra compatível, pela indústria de construção naval e o nível de comércio marítimo, pela adequação da infra-estrutura marítima, pelo nível de

preparação do pessoal em atividade relacionada com o mar; enfim, pelo respaldo econômico provido ao setor e às suas atividades de pesquisa e desenvolvimento.

O PROANTAR tem aspectos que repercutem na consecução dos objetivos estabelecidos pela PMN, à medida em que:

- desenvolve uma mentalidade marítima, atingindo uma amplitude maior nos diversos segmentos da sociedade;

- promove um grau mais elevado de conhecimento científico-tecnológico e uma conseqüente independência tecnológica nacional, no campo das atividades marítimas;

- busca a pesquisa, a exploração e a exploração racional dos recursos vivos, em especial no tocante à produção de alimentos; e dos não-vivos, onde se pretende participar numa distribuição equânime desses recursos;

- forma, valoriza e aproveita racionalmente os recursos humanos necessários ao desenvolvimento dos respectivos projetos em curso na EACF e nas demais atividades marítimas;

- Obtém benefícios decorrentes da participação em atos internacionais, no campo das atividades marítimas, principalmente, no âmbito do STA, onde o Brasil tem se projetado internacionalmente no que concerne aos aspectos da proteção do meio ambiente; e

- Salvaguarda os interesses nacionais no mar, além de outros objetivos colaterais nem sempre menos expressivos.

Mas, atualmente, existem óbices a um melhor e mais adequado desempenho a ser alcançado através de uma realização plena das atividades previstas no PROANTAR, que, en-

tre outras necessidades já evidenciadas, carece ainda de uma infra-estrutura e de uma logística adequadamente dimensionada, de um envolvimento maior dos diversos setores públicos e privados.

Urge que o PROANTAR seja respaldado por uma política que, efetivamente, minimize as restrições orçamentárias, promova a evolução tecnológica do setor e fortaleça o Poder Naval requerido para se assegurar a vontade e a realização dos interesses nacionais; uma Política Marítima Nacional clara e definida no que concerne ao que deve ser feito para assegurar a consecução das nossas aspirações nacionais, deixando para a legislação ordinária o estabelecimento de responsabilidades dos órgãos competentes, que deverão conceber as suas estratégias específicas para cumprirem as suas metas, com uma alocação compatível de recursos.

## CAPÍTULO 5

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante muitos anos, (não só pelo seu papel tradicional de "global trader" ou pela sua qualidade de maior país do Hemisfério Sul,) o Brasil buscou uma posição digna e participativa no Continente Antártico, para onde também são dirigidos os nossos interesses, como uma potência regional no contexto latino-americano e na condição de uma potência emergente, com área de atuação prioritária no Atlântico Sul, que incorpora a região dos mares antárticos e que deveria ser estabelecida como área focal a ser considerada nos estudos estratégicos.

A presença brasileira na Antártica envolve interesses de natureza política, econômica, científica e tecnológica, além de propiciar uma experiência militar nas operações logísticas e de apoio às atividades desenvolvidas no espaço antártico; e, não menos importante, direciona a atenção nacional para uma região ainda inóspita e de imenso potencial dentro de um cenário internacional (político-estratégico,) que enfatiza a proteção ambiental no processo de desenvolvimento, que clama por uma postura de cooperação ante uma interdependência das economias nacionais.

O Sistema do Tratado da Antártica, no qual o Brasil tem se inserido de forma magistral, um sistema jurídico adotado internacionalmente, regula e controla as atividades desenvolvidas na região, num mundo carente e cada vez mais ávido de recursos de ordem alimentar ou energética,

onde os espaços vitais vão se tornando escassos, limitados por pressões internacionais e, além das que dizem respeito à preservação ambiental, ainda são ameaçados por circunstâncias condicionadas por crimes transnacionais.

Sob a égide do STA, o espaço antártico encontra-se ainda isolado e protegido de atuações diretas de opositores dos seus dispositivos e imune a pressões (exógenas), tais como as (que procuram abertura através de formulação de teses de exploração/exploração) ou de teorias <sup>geo-estratégicas</sup> geoestratégicas sobre a Antártica.

O Protocolo de Madri, como instrumento jurídico complementar ao Tratado da Antártica, em última análise, visou à garantia da região como reserva natural, propensa à exploração e à pesquisa científicas, além de permitir a exploração de recursos vivos, sujeita à fiscalização de organismos internacionais, mantendo-a como uma área de estabilidade política e ecológica, livre de discórdias internacionais.

Num cenário político-estratégico, que apresenta uma diminuição da importância do aspecto político-estratégico-militar e que favorece a expressão do aspecto político-econômico-estratégico, a criação da ZPCAS e a neutralização do Continente Antártico como ameaça estratégica aos interesses brasileiros no espaço antártico, no nosso atual processo de estabilização e de desenvolvimento ecologicamente auto-sustentado, pressupõem uma segurança das linhas de comunicação marítimas utilizadas no comércio mundial, cuja posição geoestratégica dos mares antárticos é

privilegiada, enquanto se configura como uma conexão natural e sem interrupção continental entre os Oceanos Atlântico, Pacífico e Índico, razão pela qual a presença do Poder Nacional brasileiro, no espaço antártico, é eminentemente imprescindível.

Finalmente, como se ainda fosse preciso mais uma vez enfatizar, destaca-se a necessidade de uma afirmação nacional autóctone, segundo um estabelecimento adequado de prioridades, capaz de inserir o Brasil no seu devido lugar no cenário internacional político-estratégico.

57  
AAF

## BIBLIOGRAFIA

1. BRASIL. Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. Programa Antártico Brasileiro. Brasília, 1982.
2. \_\_\_\_\_. Decreto nº 75.963, de 11 jul. 1975. Promulga o Tratado da Antártica. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, v. 113, n. 131, p. 8601, 14 de jul. de 1975. Seção 1, pt. 1.
3. \_\_\_\_\_. Decreto nº 94.401, de 3 de jun. 1987. Aprova a Política Nacional Para Assuntos Antárticos. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, v. 125, n. 103, p.8573, 4 de jun. de 1987. Seção 1, pt. 1. \*  
*AVIAS POLÍTICA MARÍTIMA NACIONAL.*
4. \_\_\_\_\_. Escola de Guerra Naval. A Antártica. Rio de Janeiro: EGN, 1997. Palestra proferida pela Subchefia de Estratégia do EMA no C-PEM, na EGN, em 12 mar. 1997.
5. \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. A Convenção da Jamaica - implicações sobre o Poder Naval brasileiro. Rio de Janeiro: EGN, 1996. Palestra proferida pela Subchefia de Organização do EMA no C-PEM, na EGN, em 26 mar. 1996.
6. \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Avaliação estratégica da conjuntura internacional de área de interesse do Brasil. Rio de Janeiro: EGN, 1997. Painel dos OA do C-PEM na EGN, em 20 jun. 1997.
7. \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. EGN-215A. Guia para elaboração de teses e monografias. Rio de Janeiro, 1981.
8. \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. FI-219A. Guia para elaboração de referências bibliográficas. Rio de Janeiro, 1992.
9. \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Política externa brasileira e suas possíveis interações com o emprego do poder naval do Brasil. Rio de Janeiro: EGN, 1997. Debate orientado entre os OA do C-PEM na EGN, tema 1 - Atualidade e futuro da Antártica, em 27 mar. 1997.
10. \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. RIP-017. A Antártica como uma irrelevância estratégica? Rio de Janeiro, 1997.
11. \_\_\_\_\_. Estudo estratégico do Atlântico Sul. Rio de Janeiro: EGN, 1997. Palestra proferida pela Subchefia de Estratégia do EMA no C-PEM, na EGN, em 5 jun.1997.
12. \_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 69, de 23 de julho de 1991. Dispõe sobre as normas gerais para a organização,

- preparo e o emprego das Forças Armadas. Diário Oficial [ da República Federativa do Brasil], Brasília, v. 139, n. 141, p. 14713-14714, 24 jul. 1991. Seção 1, pt. 1.
13. \_\_\_\_\_. Ministério da Marinha. Estado-Maior da Armada. Doutrina Básica da Marinha. Brasília, 1983. Reservado.
  14. \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Política Básica da Marinha. Brasília, 1996.
  15. \_\_\_\_\_. Presidência da República. Política de Defesa Nacional. Brasília, 1996.
  16. \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Política Marítima Nacional. Brasília, 1994.
  17. CÂMARA, Ibsen de Gusmão. A ecologia marinha. Rio de Janeiro: EGN, 1997. Palestra proferida na EGN, em 24 jun. 1997.
  18. CARDONA, Fausto Fernando Rocha. A Antártica e as perspectivas para o Brasil. Rio de Janeiro: EGN, 1986. Monografia (C-PEM) - Escola de Guerra Naval, 1986.
  19. COSTA, Luiz Sérgio Silveira. A Complexa nova ordem mundial. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro, v. 114, n. 1/3, p. 85-99, jan./mar. 1994.
  20. CYRINO, Roberto de Oliveira. O Atlântico Sul e os interesses brasileiros. Revista da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, ano X, n. 28, p. 37-60, out. 1994.
  21. DECUADRA, Daniel Rótulo. Geopolítica, política externa e pensamento militar brasileiros em relação ao Atlântico Sul (1964-1990). Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1991.
  22. DREIFUSS, René Armano. O Brasil no contexto geopolítico mundial e regional. Rio de Janeiro: EGN, 1997. Palestra proferida na EGN, em 2 jun. 1997.
  23. HENRIQUES, Elber de Mello. Uma visão da Antártica. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1984.
  24. LIMA, Délcio Machado de. O Oceano Antártico e o seu valor estratégico para o Brasil. Rio de Janeiro: EGN, 1991. Monografia (C-PEM) - Escola de Guerra Naval, 1991.
  25. MACHADO, Luiz Alberto Figueiredo. A Antártica. Rio de Janeiro: EGN, 1996. Palestra proferida na EGN, em 27 mar. 1996.

26. MENEZES, Paulo Afonso Lourega de. Relatório da Missão Antártica 1981. Rio de Janeiro, Comando de Operações Navais, mar. 1982.
27. MOREIRA FILHO, Manuel de Almeida. Os desafios da pesquisa científica na Antártica e os interesses brasileiros e internacionais. Rio de Janeiro: EGN, 1991. Ensaio (C-SGN) - Escola de Guerra Naval, 1991.
28. MOURA NETO, Júlio Soares de. O Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR). Rio de Janeiro: EGN, 1996. Palestra proferida na EGN, em 27 mar. 1996.
29. MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul. Revista Política e Estratégia. Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, jan./mar. 1988.
30. NOGUEIRA, Arthur Lopes. Mackinder e Mahan, um geógrafo e um historiador. ambos profetas? a quem cabem os maiores acertos nas respectivas previsões?. Rio de Janeiro: EGN, 1991. Ensaio (C-CEM) - Escola de Guerra Naval, 1991.